

RESUMO - GT4: DIREITOS, EMERGÊNCIAS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E DEFESA DA VIDA: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS PERIFÉRICAS NA LUTA POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

Priscila Ribeiro Soares (soares.priscilaribeiro@gmail.com)

As mudanças climáticas intensificaram as desigualdades estruturais que marcam as cidades brasileiras, revelando os limites do Direito Ambiental Internacional e de instrumentos globais como o Acordo de Paris no enfrentamento dos impactos socioambientais sobre populações historicamente vulnerabilizadas. Nos territórios periféricos urbanos, mulheres negras vivenciam de forma desproporcional os efeitos das emergências climáticas, resultado da sobreposição entre racismo ambiental, desigualdades de gênero e precarização habitacional, o que demonstra que os riscos climáticos não são distribuídos de maneira neutra, mas orientados pelas lógicas do capitalismo, de raça e de territórios. Ao mesmo tempo, a intensificação de enchentes, deslizamentos, contaminação hídrica e crises de infraestrutura tem produzido novas formas de deslocamento compulsório, aproximando as experiências dessas mulheres de discussões internacionais sobre refugiados climáticos, ainda marginalizadas no campo jurídico brasileiro. A partir de uma perspectiva feminista e ecofeminista, este estudo analisa as percepções, vivências e estratégias de resistência desenvolvidas por mulheres negras periféricas frente à crise socioecológica, reconhecendo seus saberes como defesa da vida e de proteção territorial. Assim, investigar justiça climática nesses territórios significa reconhecer que a construção de alternativas políticas e institucionais para o

enfrentamento da crise climática depende do enfrentamento simultâneo das opressões de raça, gênero, classe e território e do fortalecimento das práticas comunitárias produzidas por essas mulheres no cotidiano. A pesquisa situa-se como qualitativa de base socioambiental, utilizando as técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica e análise de dados e políticas públicas nos níveis nacional e internacional. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para o debate ao evidenciar que as ações de cuidado coletivo, autogestão e solidariedade constituem não apenas respostas emergenciais aos eventos climáticos extremos, mas também formas de resistência que redesenham a própria compreensão do direito à cidade, do direito ao meio ambiente e do direito à vida.

Palavras-chave: justiça climática; racismo ambiental; mulheres negras periféricas.